

CARTAS DA PRISÃO À LUZ DA CIÊNCIA: DA EXPERIÊNCIA INDIVIDUAL AO SABER COLETIVO

Igor José Siquieri Savenhago

Introdução

O conhecimento, as reações, as indignações, as reflexões sobre a situação penitenciária, tudo isso existe, no nível dos indivíduos, mas ainda não aparece. Doravante, é preciso que a informação circule, de boca a orelha, de grupo em grupo. O método pode surpreender, mas ainda é o melhor. É preciso que a informação faça ricochete: é preciso transformar a experiência individual em saber coletivo. Quer dizer, em saber político (Foucault, 2003, p. 7)

Falar e escrever sobre prisões são atitudes controladas, quase interditadas. As notícias que chegam à sociedade são restritas.

O assunto é polêmico. Embates envolvendo os coordenadores do sistema, responsáveis pela organização dos presídios, e os detentos e seus familiares, que exigem uma estrutura física nas penitenciárias que ofereça condições satisfatórias de sobrevivência, parecem ser mais numerosos do que se suspeita, mas são conduzidos e resolvidos, na maioria dos casos, internamente, sob o argumento de que envolvem informações sigilosas. Escancará-las contribuiria para expor a situação caótica do sistema, que, em tese, deveria devolver ao meio social indivíduos readaptados a ele, mas que, pelo contrário, “fabrica” novos criminosos. Relatar a rotina dos presídios, tomar contato com seu funcionamento, compreender os mecanismos utilizados para sua manutenção como aparelho punitivo é tarefa complexa dentro deste contexto.

A dificuldade de abordar assuntos relacionados a prisões, porém, não é absoluta. A interdição não é total. Brechas no controle que o sistema busca exercer existem e é por elas que se torna possível trazer o tema à tona, inclusive à luz da ciência. No caso deste trabalho, para uma análise discursiva. É por essas brechas que o discurso se ramifica, que pode sair de uma experiência individual e virar saber político, como nos propõe Foucault no início desta introdução. Espera-se que o presente trabalho, que foi desenvolvido no Programa de Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), na linha de pesquisa em Linguagens, Comunicação e Ciência, possa se constituir como uma dessas brechas.

O ponto de partida deste estudo será um projeto que foi desenvolvido, entre março de 2004 e o início de 2007, na Penitenciária Feminina da cidade paulista de Ribeirão Preto, a 310 quilômetros de São Paulo. Preocupada com o alto número de ex-presidiárias que voltavam a praticar crimes, a diretoria daquele presídio implantou o Programa Liberdade Consciente, que consistia em promover dinâmicas de grupo, reuniões, diálogos, para que as presas, tão logo saíssem do presídio, conseguissem se readaptar à vida fora da prisão. Participavam do programa as detentas que estavam com pedidos de liberdade condicional ou de inserção no regime semi-aberto protocolados, aguardando a decisão do juiz.

Como aquelas mulheres privadas da liberdade esperavam que a vida fosse recomeçar fora do presídio? Quais eram seus sonhos? Estas eram algumas das perguntas que os profissionais que coordenavam o programa faziam. E as presas respondiam, na maioria das vezes, escrevendo. Confeccionavam cartas, que eram entregues à diretoria da Penitenciária Feminina, em que constavam resumos das histórias pessoais de cada uma e relatos sobre a entrada para o tráfico de drogas ou outros delitos e sobre como desejavam levar a vida após o juiz lhes conceder a liberdade. Quando livres, as ex-detentas enviavam ao presídio novas cartas, para informar aos coordenadores do Liberdade Consciente as facilidades e dificuldades encontradas no processo de readaptação ao meio social.

A extinção do programa, logo no começo de 2007, dificultou uma análise mais aprofundada sobre seus reais benefícios para a redução da criminalidade no Estado de São Paulo. A Secretaria de Administração Penitenciária informou, no final de 2007, à imprensa, que estava reorganizando a gestão dos presídios e que ajustes internos na Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto haviam sido necessários, o que culminou na suspensão do Liberdade Consciente. A secretaria prometeu, no entanto, investir em novos programas que tentassem uma inclusão sem traumas de ex-detentas na sociedade.

As primeiras informações sobre o programa desenvolvido na Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto chegaram até mim quando eu trabalhava nas Emissoras Pioneiras de Televisão (EPTV), afiliada da Rede Globo, em Ribeirão Preto. Em 2004, exercia o cargo de produtor do Jornal Regional 1ª edição, um dos noticiários da emissora. Na época, fui o autor do roteiro da reportagem sobre o programa implantado no presídio, que a emissora levou ao ar em dezembro daquele ano. Sete meses depois, fui contratado pela *Gazeta de Ribeirão*, jornal impresso que circula em Ribeirão Preto. Em março de 2006, ao ser convidado para abordar as penitenciárias, sugeri aprofundar, através do Programa Liberdade Consciente, o tema do universo feminino atrás das grades. Com autorização da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado e da então diretora de reabilitação da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto, participei de uma das reuniões do programa.

Foi durante a reportagem que tomei contato com uma das materialidades desta pesquisa: as cartas. A então diretora de reabilitação me apresentou o pacote de cartas que continham escritos das presas durante os encontros do Programa Liberdade Consciente e também algumas que elas escreviam após saírem da prisão. Pedi permissão para arquivar uma parte delas, para que pudessem amparar a elaboração de novas reportagens ou uma pesquisa futura mais ampla sobre o assunto. Nas cartas, as presas discursivizavam, entre outras coisas, o arrependimento e o desejo de abandonar o crime, a vontade de voltar a morar com a família e estudar e o objetivo de arrumar um emprego após saírem da prisão.

Inicialmente, eu tinha em mãos 24 cartas, das quais 18, consideradas as mais significativas dentro da proposta de estudo, formaram o *corpus* da pesquisa que desenvolvi no Mestrado. Dez delas foram escritas por detentas e oito por ex-detentas da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto, todas durante a vigência do Programa Liberdade Consciente. Neste artigo, que é parte da pesquisa desenvolvida no Mestrado, serão analisadas duas dessas cartas, uma escrita no interior do presídio e outra fora.

Recortes das cartas serão observados à luz de teóricos da Análise do Discurso de linha francesa, principalmente Michel Foucault, no que se refere a seu entendimento sobre “Ciência e Saber”, e Michel Pêcheux e sua compreensão sobre “sujeito discursivo”, além de estudiosos com percursos de pensamentos semelhantes, como Jacques Le Goff e seus escritos sobre “documento científico”.

O principal objetivo é contribuir para promover, no campo científico, diálogos, conversas, discussões acerca dos saberes advindos de cartas da prisão, por meio do

olhar do pesquisador e da análise de discursos que, historicamente, foram marginalizados, abafados pela ideologia e pelos poderes dominantes. Para isso, pretende-se analisar, nas cartas, o que diz o sujeito discursivo, os deslocamentos do sujeito no âmbito da linguagem e como ele se posiciona a partir das influências que recebe do poder, da ideologia e das formações discursivas, conceitos que serão abordados mais adiante.

Ciência e Saber

Ao criar uma proposta de estudo dos discursos, embasada na arqueologia dos saberes, Foucault (1995) propõe que o pesquisador se distancie de uma análise puramente epistemológica. Ao contrário da epistemologia, que se caracteriza por considerar que o conhecimento e a verdade residem apenas no campo da ciência, a arqueologia diz que é possível produzir um novo tipo de História das Ciências, situando o estudo do homem no nível dos saberes.

Considerando os saberes como componente intrínseco da proposta discursiva arqueológica, Foucault (1972, p. 17), em *A ordem do discurso*, argumenta que, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. Assim, há discursos que são considerados e viabilizados como verdadeiros, amparados por práticas e suportes institucionais que os legitimam, e outros que também “gostariam” de ser legitimados como verdadeiros, mas que são coibidos e, muitas vezes, nem aparecem ou são veiculados no meio social e científico. Neste contexto, Foucault observa os saberes por meio das práticas discursivas, que são os meios pelos quais se pode enunciar (falar/escrever). Uma carta escrita na prisão seria considerada, portanto, uma prática discursiva. Segundo Foucault (1995, p. 206-207), essas práticas deveriam, muitas vezes, ser inseridas e se tornarem imprescindíveis ao campo da ciência. Sob esse aspecto, o autor define saber como sendo

esse conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar (...). Um saber é aquilo que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico

(...); um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (...); finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (...). Há saberes que são independentes das ciências (que não são nem seu esboço histórico, nem o avesso vivido); mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma.

Foucault (1995, p. 207) explica, ainda, que, ao contrário das análises puramente epistemológicas, que percorrem o eixo “consciência-conhecimento-ciência”, a arqueologia do saber, que tem como eixo teórico procedimentos para analisar discursos, perfaz o caminho “prática discursiva-saber-ciência”. Com isso, o autor legitima as práticas discursivas advindas de outros saberes, que ainda são pouco estudados no campo da ciência, como os dos presidiários, dos pacientes psiquiátricos, dos homossexuais. Sendo assim, se não for levada em conta a veiculação dos saberes e as relações de poder que determinam a dinâmica do funcionamento de uma sociedade, analisadas via discursos, há de se ter a crença ingênua de alguns de que a ciência estuda e consagra, apenas, a versão dos vencedores. Por isso, Foucault (1972) condena que a ciência aborde somente o discurso dos dominantes, porque, dessa forma, só apareceria a verdade que interessa a determinados grupos, ou o que o autor denomina como sendo “sociedade dos discursos”.

Em toda a sociedade, a produção do discurso é, ao mesmo tempo, controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu conhecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault, 1972, p. 9).

Existem, portanto, outras verdades que derivam das vozes dos excluídos, mas que são abafadas, ocultadas, escondidas pelos poderes dominantes. Le Goff (1996, p. 541) chama a atenção para a necessidade de se evitar uma análise científica restritiva, que exclua alguns homens em detrimento de outros, quando diz que “o interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os

acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens”. O mesmo teórico escreve que essa é uma forma de contribuir para a democratização da memória, em contraposição à construção de uma história objetiva e linear, produzida por aqueles que estão e querem se manter como dominantes. O autor (1996, p.477) afirma: “cabe, com efeito, aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários de sua objetividade científica”.

Ao se referir aos mecanismos de dominação, Le Goff (1996, p. 426) concorda com Foucault, afirmando que quem detém o poder manipula a memória coletiva para que essa ordem discursiva seja mantida:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Orlandi (1992) trabalha essa questão sob a forma do silêncio. Não apenas o silêncio que se caracteriza pela ausência de palavras ou sons, mas o silêncio que garante o movimento dos sentidos. Segundo a autora (grifo nosso), ao dizer ou escrever uma palavra, por exemplo, o sujeito não diz ou não escreve outra, promovendo, dessa forma, o apagamento (silenciamento) de outra. Para Orlandi (op. cit.), “há um sentido no silêncio” (Orlandi, 1992, p. 14), de forma que estudá-lo é buscar entender o processo de silenciamento de alguns discursos em detrimento de outros.

Assim, quando dizemos que há silêncio nas palavras, estamos dizendo que: elas são atravessadas de silêncio; elas produzem silêncio; o silêncio fala por elas; elas silenciam. (...) As palavras são cheias de sentidos a não se dizer e, além disso, colocamos no silêncio muitas delas. (Orlandi, 1992, p. 14).

Ao falar sobre silêncio e sua relação com as vozes sociais, Orlandi relaciona o silêncio com censura. Na mesma medida em que, ao dizer uma palavra, o sujeito

silencia outra, as vozes que falam no discurso, determinadas pelas formações discursivas, enfrentam um processo de silenciamento.

Para entendermos formação discursiva, recorremos a Pêcheux (1995, p. 160), que a define como

aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc).

Assim, os dizeres considerados perigosos, que poderiam ameaçar a hegemonia dos sentidos dominantes, são retirados de circulação pelos mecanismos de dominação. Um desses mecanismos é impedir que os sujeitos ocupem certas posições no discurso. “Como, no discurso, o sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo, ao se proceder desse modo [proibir certas palavras para proibir certos sentidos] se proíbe ao sujeito ocupar certos ‘lugares’, ou melhor, proibem-se certas ‘posições’ do sujeito”. (Orlandi, 1992, p. 78).

A censura, porém, segundo a autora, não é eficaz ao extremo. Veremos mais adiante, em Pêcheux (1995), que a língua é difusa e os sentidos não podem ser controlados. Eles escapam a todo instante. E, se eles escapam, é no esforço do silenciamento, no esforço do não dizer, que o dizer pode emergir. É isso que faz da linguagem um jogo de deslocamentos, de mudanças, de dissimulações, de tentativas, às vezes descontroladas, de controlar o movimento dos sentidos. Em vão.

Cartas como documentos

Na obra *Ciência e Saber*: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault, Roberto Machado (1988, p.14), argumentando sobre o método arqueológico, diz que “uma característica fundamental da arqueologia é justamente a multiplicidade de suas definições; é a mobilidade de uma pesquisa que, não aceitando se fixar em cânones rígidos, é sempre instruída pelos documentos pesquisados”. Segundo esse ponto de vista, Le Goff (1996) explica que até a década de 60 do século passado, o termo *documento* era aplicado, exclusivamente, aos escritos oficiais, impostos por instituições como o Estado,

a Igreja ou as Universidades. A partir desse período, houve o que ele chamou de “revolução documental”. Como resultado, o conceito passou por uma ampliação, conforme pode ser verificado abaixo:

Seria uma grande ilusão imaginar que a cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, especializado para esse uso. [...]. Que historiador das religiões se contentaria em consultar os tratados de teologia ou as recolhas de hinos? Ele sabe bem que sobre as crenças e as sensibilidades mortas, as imagens pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, a disposição e o mobiliário das tumbas, têm pelo menos tanto para lhe dizer quanto muitos escritos (Bloch, M. *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. Paris: Colin, 1949, apud Le Goff, 1996, p. 540).

O estudo dos documentos, segundo Le Goff, é, porém, um constante desafio. As condições em que foram produzidos podem comprometer a veracidade que deles se espera. O autor diz que todo documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro e mentiroso. Verdadeiro porque é concreto e pode ser encarado como a prova da produção de conhecimento de uma determinada época e mentiroso porque é fruto de relações de poder, que podem manipulá-lo. Como foi visto há pouco, o próprio silenciamento de alguns sentidos pode manipular o documento.

Para Le Goff, é função do pesquisador “escavar” – um procedimento típico do método arqueológico de Foucault – as condições de produção dessas cartas, no caso específico desta pesquisa, questionando a crença de que a verdade reside apenas em alguns discursos, como, por exemplo, o do Estado ou os científicos tais quais eram vistos até a década de 60. Tendo em conta que o fato de que todo documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro e falso, torna-se fundamental demonstrar em que medida ele é um instrumento de poder.

Le Goff (1996) divide os materiais produzidos pela memória em dois tipos: os monumentos, que, segundo ele, são o conjunto de heranças deixadas pelos antepassados e refletem uma preocupação das sociedades antigas em transmitir às gerações atuais certas imagens do passado e não outras, e os documentos, definidos como os elementos desse conjunto de monumentos que são escolhidos pelo

pesquisador para o estudo que se propõe a fazer. Segundo o autor (op. cit.), um dos fatores fundamentais para o estudo de documentos é não isolá-los “do conjunto de monumentos de que fazem parte” (Le Goff, 1996, p. 545). Eles não devem ser analisados sozinhos, em si, descontextualizados, por exemplo, da época e do local em que foram produzidos. Só a análise dos documentos enquanto monumentos “permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa”. (Le Goff, 1996, p. 545).

Sujeito e poder em Foucault

Na introdução da obra de Foucault *Microfísica do Poder* (1999, p.20), Roberto Machado lembra que não só os documentos são construções históricas, como também os próprios indivíduos, os produtores dos documentos. “Em suma, o poder disciplinar não destrói o indivíduo; ao contrário, ele o fabrica. O indivíduo não é um outro do poder, realidade exterior que é por ele anulado; é um de seus mais importantes efeitos”.

Fonseca (2003), estudioso da teoria de Foucault, explica que o indivíduo moderno é constituído sob duas formas: objeto e sujeito. As práticas discursivas transformam o indivíduo tanto em uma quanto em outra. Objeto, no caso, do poder, porque tende a se tornar “doce é útil para o sistema”. E sujeito porque designa “o indivíduo preso a uma identidade que reconhece como sua, assim constituído a partir dos processos de subjetivação. Esses processos, justapostos aos processos de objetivação, explicitam por completo a identidade do indivíduo: objeto doce-e-útil e sujeito” (Fonseca, 2003, p. 26).

Para Foucault (1999), as relações de poder que constituem o sujeito discursivo podem ser encaradas, também, como relações de força. Segundo o autor, o poder não existe em si, já que não é algo palpável, concreto. O que existem, diz Foucault (1999), são feixes de relações de força ou poder. Esse conjunto de múltiplos feixes, que se exercem em todas as esferas sociais, forma o que ele chama de *microfísica do poder*. Neste contexto, as relações de poder se configuram como produtos das práticas discursivas e, por isso, o poder mais se exerce do que se possui. Foucault afirma ainda que as relações de poder devem ser pensadas sob o confronto das estratégias de poder/resistência; para ele, é nas formas de resistência que é possível analisar de que forma o poder é exercido e que tipos de saberes ele gera.

Foucault (1999) argumenta, porém, que as relações de poder não se caracterizam por formas de repressão, mas pela produção de ideias, palavras e ações. Dito de outra forma: por meio da circulação de um saber. Os mecanismos de controle não estão preocupados em inibir, restringir, obrigar a calar, mas em fazer falar, de modo que o saber colocado em circulação pelo poder seja expandido, espalhado, difundido entre os sujeitos do discurso. É a produção de ideias, palavras e atos a partir do saber circulante que garante que o poder seja ramificado e consolidado. Esse processo é camuflado em dois fatores: o código jurídico, que garante uma legitimidade das formas de controle do discurso, e a disciplina, que organiza a assimilação e difusão do discurso pelos indivíduos enquanto objetos doces e úteis, fatores fundamentais para a constituição do sujeito do discurso.

Uma das maneiras de se exercer o poder nas penitenciárias, e que foi estudada por Foucault (2002), é por meio do *panoptismo*, que consiste, em linhas gerais, em manter a disciplina - definida por ele como o processo técnico unitário pelo qual a força do corpo é com o mínimo ônus reduzida como força política e maximizada como força útil -, através da observação constante dos encarcerados e da imposição de tarefas e comportamentos. Assim, a prisão se apresenta como um sistema educador, que promove o aprendizado e permite aos indivíduos uma volta estruturada ao meio social. Para Foucault (op. cit.), a prisão deve ser estudada como um laboratório de poder, onde os mecanismos de observação interferem diretamente no sujeito, podendo, inclusive, alterar comportamentos, temporariamente ou até definitivamente. Como essas relações de poder produzem saberes e vice-versa, o estudo dos saberes, como cartas escritas na prisão, permite investigar os mecanismos utilizados para a manutenção do poder e as relações de força que este processo implica.

Sujeito, ideologia e formações discursivas em Pêcheux

Se, por um lado, Foucault trata o sujeito discursivo dentro da relação saber/poder, Michel Pêcheux (1995) trabalha numa perspectiva um pouco diferente: a de uma posição discursiva em que o sujeito é interpelado pela ideologia.

Segundo Pêcheux (op. cit.), a ideologia captura o sujeito à revelia de sua vontade, interpellando-o em um determinado lugar e naturalizando os sentidos para ele. Esse processo dá-se a conhecer segundo as relações de produção que se transformam com o

decorrer do tempo, em função da atuação dos sujeitos na luta de classes. O autor explica, porém, que linguagem e sentido não são transparentes. São opacos e difusos. O sujeito não controla os efeitos do que enuncia. A todo momento, o sentido “escapa”, podendo um enunciado provocar efeitos totalmente diferentes do esperado. A explicação para isso, de acordo com Pêcheux, é que as palavras, expressões, proposições não trazem o sentido “em si”, visto que o sentido não está inscrito na língua e depende das posições ideológicas sustentadas por aqueles que as empregam.

Para explicitar melhor essa questão, voltemos ao conceito de formação discursiva (FD), que pode ser entendida, em outras palavras, como a dinâmica de funcionamento de uma sociedade ou grupo que permite ao indivíduo ocupar um lugar social (que pode ser o de um médico, o de um professor, o de Presidente da República, o de um jogador de futebol, o de um chefe do tráfico, o de um morador da favela, o de um ganhador de um bom salário, o de um diretor de um clube, o de um presidiário, etc). Esses lugares sociais trazem adesivadas consigo atribuições consolidadas historicamente que devem ser cumpridas para que se reconheça o exercício de uma função como satisfatório. Assim, espera-se de um médico, por exemplo, que seja dele a versão final sobre o diagnóstico de determinada doença, além do que suas opiniões sobre aspectos relacionados ao corpo humano gozam de maior credibilidade do que se fossem dadas por um advogado ou um matemático.

De um presidiário, a expectativa é outra. Pode ser, por exemplo, que ele se arrependa do delito que cometeu, apague sua ligação com o crime e demonstre que mudou suas metas de vida. Nesse caso, pelo fato de haver se desviado de condutas consideradas legítimas pelo grupo do qual fazia parte, o que culminou na sua prisão, o detento não goza de credibilidade semelhante a do médico para colocar seu discurso em circulação. O que determina essas atribuições dos lugares sociais, segundo Pêcheux, são as formações ideológicas. Elas é que determinam o que pensar em um determinado grupo e definem quem pode enunciar, de onde enunciar, por que enunciar e como enunciar. A inserção numa formação ideológica se dá quando o indivíduo interpelado em sujeito identifica-se com determinados saberes, dizeres e poderes. Como as formações ideológicas determinam as formações discursivas, o indivíduo passa a enunciar de uma posição no discurso, não ocupando mais o lugar de indivíduo, de sujeito empírico, mas de sujeito discursivo. “O sujeito é, desde sempre, ‘um indivíduo interpelado em sujeito’”. (Pêcheux, 1995, p.155). Assim, seu lugar social e sua posição no discurso ficam intimamente

ligados, já que um determina o outro. Ao falar de um determinado lugar social, o sujeito é constituído e fígado pela ideologia e isso acaba se tornando também constitutivo do discurso. Da mesma forma, é pela prática discursiva e sua legitimação histórica que se consolida o lugar social. Só há prática, portanto, “através de e sob uma ideologia” (Pêcheux, 1995, p. 149). E “só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos” (op.cit.). O sujeito, portanto, não pode ser anterior a uma ideologia.

Percebe-se, portanto, que o sujeito, quando enuncia, fica “preso” à formação discursiva – não necessariamente à mesma sempre, já que pode haver migração de uma formação discursiva para outra. Mas, segundo Pêcheux (1995), ele não percebe essa falta de liberdade para se expressar. Pelo contrário. O autor explica que a filiação a uma formação discursiva produz no sujeito a ilusão de uma autonomia, de modo que ele acredite que funciona “por si mesmo”. Isso ocorre, na visão de Pêcheux, porque o mecanismo da interpelação dissimula que o sujeito, na verdade, está inscrito na língua e na história. Com a interpelação, há o apagamento da constituição do sujeito dentro de um processo – o indivíduo tem a impressão de que é “*sempre-já-sujeito*” (op. cit.) e recebe como evidentes os sentidos do que ouve e diz, lê ou escreve. Por isso, os sentidos produzidos com o uso de certas palavras e expressões parecem naturais, como se existissem de forma independente dos usos sociais que já tiveram. Os sentidos não são reconhecidos como produtos de um momento histórico, como uma construção ideológica.

A ilusão de autonomia ao enunciar confere ao sujeito uma sensação de poder, o que o faz achar que pode falar o que quer e como quer. E, ao ser dotado desse poder, se esquece que é ideologicamente assujeitado. Orlandi (1999) explica que esse assujeitamento se dá porque o sujeito, para ser sujeito, deve, necessariamente, se submeter a uma língua. E a língua, por sua vez, precisa se inscrever na história para significar. “Podemos dizer, então, que a condição inalienável para a subjetividade é a língua, a história e o mecanismo ideológico pelo qual o sujeito se constitui” (Orlandi, 1999, p. 61).

Nesse processo, o sujeito, segundo Pêcheux (1995), é afetado por dois esquecimentos. Ele esquece que não é senhor do seu discurso (que não é fonte de seu dizer) e também que não é livre para dizer o que quer e como quer. Esquecendo-se daquilo que o determina, se esquece, também, que é subordinado à ideologia. Diz ele que a língua pode ser indiferente à luta de classes, mas a luta de classes nunca será indiferente à língua, pois é por meio da língua que “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes”. (Pêcheux, 1995, p. 92).

Baseado em Althusser (2007), Pêcheux (2005) afirma que a classe dominante perpetua sua dominação através de práticas de exploração, utilizando-se de dois tipos de aparelhos: os repressivos de Estado (Polícia, Justiça e aí se pode incluir o sistema prisional) e os ideológicos de Estado (a Escola, a Família, a Universidade e a Igreja são exemplos). O autor explica que os aparelhos repressivos e ideológicos de Estado não são “expressão da ideologia dominante”, mas os meios pelas quais é possível expandir os tentáculos da ideologia, de sua dominação. “É pela instalação dos aparelhos ideológicos do Estado, nos quais essa ideologia é realizada e se realiza, que ela se torna dominante” (Pêcheux, 1995, p. 145). Mas o autor faz uma ressalva. Segundo ele, os aparelhos ideológicos de Estado não são apenas “máquinas ideológicas que reproduzem, pura e simplesmente, as relações de produção existentes” (op. cit.). Para Pêcheux, os aparelhos ideológicos configuram-se como um palco da luta de classes e, dessa forma, acabam constituindo “simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção” (op. cit.). Este aspecto, de acordo com o autor, produz na classe dominante um esforço, nesse movimento de transformação das relações de produção, para impor/fazer emergir novos mecanismos de desigualdade-subordinação, que passarão a integrar as formações ideológicas/discursivas dominantes.

Pêcheux (1995) acreditava que esse processo característico da luta de classes, a saber – práticas de resistência ao discurso dominante, que resultam em novos mecanismos de dominação, que resultam em novas práticas de resistência –, permanece até que haja uma ruptura nas estruturas sociais e o consequente desaparecimento da classe dominante. Haverá a emergência de uma outra classe, que era dominada e agora passa a ser dominante, e assim por diante. Mas, para que se promova essa ruptura, é necessário que os discursos de resistência aos sistemas opressores circulem com mais frequência e velocidade, recrutando novos sujeitos, inclusive no campo da ciência. Desta forma, segundo Pêcheux (1995), é possível revelar aspectos que desvelariam outros olhares para a própria ciência, que foi construída sob a égide de verdades absolutas, pois observa também o ponto de vista de outros sujeitos, os menos favorecidos, também discursivamente.

Análise discursiva das cartas

Como já foi antecipado, serão analisadas, neste artigo, duas cartas: uma escrita por detenta (cartas 1) e uma por ex-detenta (carta 2) que participaram do Programa Liberdade Consciente da Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto. Eis as análises:

CARTA 1

Ribeirão Preto 28.12.04

Eu S1 nascida em 23.11. (...) Se você escreve tudo daria um livro mais vou fala so um pouco de mim

Quando nasci meus pais morava no Paraná fiquei la ate a idade de 5 anos, aí viemos para o interior de S.P. ate a idade de 14 anos eu fui uma menina que trabalhava na rossa era crente aí meus pais resolveram a se muda para Campinas é a cidade que vivo ate hoje aí foi que tudo começou comecei a trabalha de domestica comesei a conhecer outro tipo de pessoas que era muito deferente da minha vidinha da rossa, comecei ai a sair de noite, conhecer rapazes, deferente, bom resumindo, fui mãe com 20 anos, fui pra cadeia com 23 – 1973, sai com 30 – 1981, eu queria volta a viver mais a sociedade não deixou não tive medo continuei na luta, ate de boia fria eu tentei ate que um dia fui trabalha de camareine em um hotel perto da rodoviaria, isso foi em 1989, aí fui preza outra vez daí para cá so deu desaserto na minha vida

Hoje sou uma mulher feliz apesar do lugar. tenho 5 filhos lindos, adotei uma criança levei para minha casa com 17 dias de nascida hoje ela tem 6 aninho ela tem um pequeno problema que, para os homens é dificio mais para Deus não é nada eu confio nele e sei um dia eu e minha fé vamos venser, minha filinha faz tratamento na unikanpi no hospital das Crinicas em Campinas ela se chama M. nos vamos venser se Deus quizer e ele quer como disse se for fala minha vida da um livro. eu amo meus filhos meus netos que são, cozinha mais linda da minha vida mais tenho um carinho

especial pela a minha M. deixei o mundo sujo que vivi a maior parte da minha vida pela M. quando sai daqui quero volta a cuida dela como sempre fiz.

Nesta carta, nota-se que o sujeito discursivo inscreve-se a partir de sua identificação, pois começa seu relato pelo nome e a data de nascimento. Isso parece demonstrar que quem escreve não é um sujeito qualquer, mas um que tem referências familiares; que, apesar de estar inserido numa população de presidiárias, liga-se ao mundo exterior através de pessoas que não estão encarceradas. O relato da carta segue com um enunciado que, num primeiro momento, pode nos passar despercebido, mas serve como introdução para uma breve história da infância: *“Se você escreve tudo daria um livro mais vou fala so um pouco de mim”*. O trecho *“vou fala so um pouco de mim”* é significativo, já que, posteriormente, o sujeito da carta quase não faz comentários sobre o crime que cometeu, apagando aquilo que a ideologia lhe faz parecer inconveniente. Ele faz falar a família e a religião, silenciando e abafando os motivos que o levaram à prisão; assim, evita compartilhar o seu crime com o leitor, tentando escamotear o delito de circulação na rede de memória. Numa referência a Orlandi (1992), a inscrição em outra formação discursiva que não seja a do crime, impede, torna impossível um dizer sobre o delito praticado.

O sujeito procura construir-se como uma auto-imagem de mulher que se doa aos filhos, religiosa e trabalhadora. Isso pode ser observado nos seguintes recortes: *“ate a idade de 14 anos eu fui uma menina que trabalhava na rossa era crente”*; *“comecei a trabalha de domestica”*; *“não tive medo continuei na luta, ate de boia fria eu tentei ate que um dia fui trabalha de camareine em um hotel perto da rodoviária”*. Esses três recortes constroem um sujeito que nunca deixou de buscar emprego, o que o coloca em uma posição de trabalhadora responsável, incansável e dedicada. E, se houve algum culpado para que esteja preso, esse culpado é a sociedade. Como pode ser notado em *“eu queria volta a viver mais a sociedade não deixou”*, ou então *“ai fui presa outra vez daí para cá so deu desaserto em minha vida”*. Aqui, pode-se perceber um apagamento das razões que justificam sua prisão, pois o sujeito não faz emergir, pelo texto, indícios sobre o crime cometido.

A todo instante em que o sujeito se depara com o seu crime, usa artifícios para despistar o leitor, como, por exemplo: *“comesei a conhecer outro tipo de pessoas que era*

muito deferente da minha vidinha da rossa, comecei ai a sair de noite, conhecer rapazes, deferente, bom resumindo, fui mãe com 20 anos, fui pra cadeia com 23 – 1973, sai com 30 – 1981 (...)”. Observa-se que, provavelmente, o motivo que tenha justificado sua prisão esteja ligado a essas amizades diferentes, que o sujeito discursiviza na adolescência, mas isso não é confirmado, por causa de uma expressão utilizada no texto. Ao escrever “*bom resumindo*”, o sujeito indica que não irá se aprofundar, não contará detalhes sobre os momentos em que esteve envolvido com a criminalidade. O uso desse termo cria um efeito de síntese máxima das lembranças. O sujeito faz aparecer, apenas, sentidos de desligamento total do crime. Nesse contexto, até mesmo as referências à infância são feitas de forma rápida. Não existe um detalhamento sobre como era a vida quando criança (como foi sua criação, como era o relacionamento com os pais, se passava por dificuldades financeiras).

Já no segundo parágrafo, o sujeito antecipa a imagem que começou a construir mais acima, a de alguém preocupado com o trabalho, com a família e temente a Deus. É importante destacar que o sujeito se ampara numa formação discursiva representada por sentidos dominantes de emprego, família e religião, consolidados historicamente e aceitos socialmente como meios pelos quais a ideologia dominante se dissemina (aparelhos ideológicos de Estado), como explicado por Pêcheux (1995) anteriormente. Inscrevendo-se, ao mesmo tempo, como capturado pela ideologia dominante e realizador dela, filiando-se a uma memória discursiva que dá aos aparelhos ideológicos de Estado um *status* de que podem produzir mudanças, de que podem permitir um recomeço da vida em sociedade, um recomeço em que o crime tenha sido zerado, apagado, o sujeito replica sentidos aceitos socialmente. Ao se referir a Deus, por exemplo, busca um argumento inquestionável para dizer que é possível, sim, renovar-se após deixar a penitenciária. O sujeito procura, também, trazer Deus para o contexto familiar, para que não haja dúvida alguma de que a felicidade será plena depois de ganhar a liberdade. Os recortes a seguir indicam isso: “*ela [a filha] tem um pequeno problema que, para os homens é dificio mais para Deus não é nada eu confio nele e sei um dia eu e minha fê vamos venser*”; “*nos vamos venser se Deus quizer e ele quer*”.

Este sujeito do trabalho, da religião e da família instala-se, enfim, em toda a carta. A inserção na criminalidade, pelo texto, é impossível de dizer para este sujeito e isso pode ser, mais uma vez, percebido quando se observa que há um silenciamento total da sua vida na posição de presa. O sujeito não diz nada sobre a vida na prisão, o dia-a-dia da

penitenciária, o contato com as outras presas, não opina sobre as condições de sobrevivência no presídio, não assume para si este lugar. Silenciar o crime pode ser entendido como um recurso para que o sujeito da carta acredite que um recomeçar, longe do crime, é possível, que é permitido deslocar-se de uma posição insuportável para outra, socialmente aceita. Aliás, é tão possível, pelo efeito ideológico de evidência, que chega a ser um sentido inquestionável.

CARTA 2

Rib Preto (SP) Setor de Reabilitação 28/01/05

“Carinhosamente para Senhora E. e Senhora C.”

È com imensa satisfação que venho a escrever essa carta; na finalidade de enviar-lhes notícias minhas.

Com a boa graça de Deus estou muitíssimo feliz! Longe de más companhias; E graças a Deus muito mais perto de minha filha e família.

Meus caminhos de inicio estavam bem complicados.

Mas hoje, com toda minha fé em Deus batalhando por um dia melhor, as coisas boas estão acontecendo, e o que é melhor! Honestamente

O meu emprego Deus preparou, assim como meus estudos que estão sendo encaminhados.

Quero muito agradecer a Sr^a E., Sr^a C., Sr^a F., Dr R. é claro.

Pela paciência que tiveram comigo, e por terem sido de tamanha importância em me ajudar, no pior momento de minha vida. Obrigada.

E das minhas piores horas, eu soube aprender somente coisas boas;

Realmente liberdade consciente é tudo o que hoje estou começando a viver! E eu só tenho a agradecer, a Deus primeiramente, e as que, da maneira que puderam me ajudaram.

Agradeço de todo meu coração.

Atenciosamente

Obs: forte abraços p/

Sra C.

F.

A.

Todas as funcionárias/ASP que tiveram paciência.

Que me ensinaram de uma forma direta ou as vezes até ã é lugar mesmo p/ mim.

Agradeço ainda mais a Dona C.

Dona A., Dona L., Doutor V. e Doutor Li.

Obrigada

Em especial também; Dona L., Dona A., que infelizmente parece que foi embora né!?

Obrigada por serem tão profissionais e tão humanas ao mesmo tempo!

Fiquem sempre em paz e que Deus ilumine e abenções todos os dias vcs e familiares.

Neste relato, o sujeito também replica sentidos dominantes. São três os aspectos fundamentais que podem ser observados neste texto. O primeiro é a fé apaixonada, cega, o apego extremo a Deus. O segundo ponto é a divulgação de uma imagem do presídio como escola, como um sistema em que são possíveis as funções de ensino e

aprendizagem. E a terceira característica marcante são os sentidos de agradecimento à maioria dos funcionários do presídio, senão todos, o que produz um efeito para o interlocutor de que a penitenciária é um paraíso.

Antes de abordar cada um desses fatores, é interessante observar a presença de uma antítese logo no segundo parágrafo da carta, entre os termos “*longe*” e “*perto*”. O termo “*longe*” é usado para se referir às más companhias, que são classificadas como a causa que levou este sujeito ao crime. E o vocábulo “*perto*” designa a vontade de estar com a família, um dos fatores que irá permitir, para este sujeito, recomeçar a vida. Com o uso desses termos, o sujeito procura convencer o interlocutor que se arrependeu.

O apego a Deus, que já havia sido recorrente na grande maioria dos relatos com os quais nos deparamos até agora, é novamente muito forte. Deus aparece no texto até como um agente de empregos, como pode ser notado a seguir: “*O meu emprego Deus preparou, assim como meus estudos que estão sendo encaminhados*”. É somente em Deus que a vida desse sujeito fora da prisão se realiza. Sem o divino, nada é possível, nada se concretiza. Percebe-se que este retoma os sentidos dominantes de família e trabalho, que frequentaram outras cartas, também não de forma isolada. Eles somente são citados agregados ao sobrenatural. Isso é observado em: “*E graças a Deus muito mais perto de minha filha e família*”; “*com toda a minha fé em Deus batalhando por um dia melhor, as coisas boas estão acontecendo*” e “*E eu só tenho a agradecer, a Deus primeiramente*”. Deus aparece, ainda, nos seguintes recortes: “*Com a boa graça de Deus estou muitíssimo feliz*”, no segundo parágrafo, e “*Fiquem em paz e que Deus ilumine*”, no último parágrafo.

Este último recorte poderia ser entendido como um desejo máximo de felicidade aos funcionários do presídio, que não deixa dúvida, que consolida, de uma vez por todas, os agradecimentos apaixonados que são feitos a eles na carta. Há um apagamento absoluto de qualquer assunto que possa comprometer o sistema, visto como uma escola, o segundo aspecto da análise, o que é demonstrado quando a autora escreve “*E das minhas piores horas eu pude aprender somente coisas boas*”. Nesta carta, pode ser retomado o conceito de *panoptismo*, abordado por Foucault, que remete o interlocutor a um sistema que educa por meio da vigilância constante.

Mas é no último aspecto que observamos no relato, o de agradecimento, que esse sujeito deposita a maior energia. Além de fazer referência aos funcionários da penitenciária na primeira parte do texto, ele ainda dedica praticamente a metade final da carta só para esta finalidade. E, antes de arrematar com o desejo de que Deus os ilumine,

procura exaltar seus atributos: “*Obrigada por serem tão profissionais e tão humanas ao mesmo tempo*”, como se uma coisa não fosse possível sem a outra. Aqui, o sujeito deixa transparecer que as funções do presídio poderiam não parecer tão humanas anteriormente, quando ainda não as conhecia, mas os funcionários demonstraram o contrário.

Portanto, não existe nada nesta carta que possa romper com esses sentidos. Este sujeito faz prevalecer apenas aqueles ligados à convivência com pessoas, no caso os funcionários do presídio, com as quais considera que aprendeu muito. Parece que, depois de ter enfrentado o inferno do crime, este sujeito entrou no paraíso pela porta da prisão. O que demonstraria, provavelmente, para Foucault, a eficiência do panóptico.

Considerações Finais

Caracterizar o sujeito discursivo, que desliza, desloca-se a todo instante no contexto da linguagem, que dissimula, que aparenta, que silencia, que pode mudar de posição de um instante a outro, é tarefa mais do que árdua. E, nesse jogo, não podemos nos esquecer um fator primordial: que também nós, pesquisadores, somos constituídos como sujeitos, afetados ideologicamente. Procuramos observar as manifestações do sujeito e suas relações com o poder, com a ideologia e com as formações discursivas, buscando relacionar seus dizeres a fatores que influenciam a produção e a ramificação dos discursos, sabendo que também nós, que nos colocamos como analistas do discurso, relacionamo-nos com o poder, com a ideologia e com as formações discursivas. Não escapamos à língua e à história. Somos sujeitos, o que produz em nós deslocamentos, deslizes, falhas.

As análises acima estão, portanto, longe de se caracterizarem como pontos finais de uma pesquisa ou de terem como meta estabelecer uma objetividade absoluta, como pregava a maioria dos cientistas antes da década de 60 e como ainda pregam alguns, de forma ilusória. Se somos sujeitos e nos deparamos com outros sujeitos, por meio de cartas de detentas e ex-detentas, o máximo que conseguimos atingir ao olharmos para os relatos foram movimentos de interpretação.

Para a análise dessas cartas, dependuramo-nos em apenas um ponto da imensa rede de fios que constituem o discurso. Uma infinidade de possibilidades de olhares habita o entorno de nosso objeto de estudo e não foi abordada. Ao mesmo tempo, este trabalho pode abrir outra série de possibilidades, outros fios que farão aumentar a rede discursiva. Esperamos que outros pesquisadores – ou nós mesmos, ao continuarmos esta pesquisa –

contribuam para ampliar, na múltipla e complexa teia discursiva, os fios que trazem à tona, no campo científico, as vozes dos excluídos sociais, como as de detentas e ex-detentas, contribuindo, dessa forma, para que as barreiras do silêncio sobre o tema quebrem aos poucos. É que, dessa forma, as experiências individuais de habitantes da prisão, relatadas em manifestações que parecem triviais, como cartas, mas que estão sendo trazidas à luz da ciência, difunda-se, rapidamente, como saber coletivo.

Referências Bibliográficas

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 10. ed. Rio de Janeiro : Graal Editora, 2007.
- BLOCH, Marc (1949). *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. Paris: Colin, apud LE GOFF, 1996, p. 540.
- FONSECA, Márcio Alves (2003). *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: Educ.
- FOUCAULT, Michel (1995). *Arqueologia do saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- ____ (1972). *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- ____ (2003). *Estratégia Poder-Saber*. Coleção: Ditos & Escritos. v. IV. Organização e seleção de textos: Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- ____ (1999). *Microfísica do Poder*. 14. ed. Rio de Janeiro: Graal.
- ____ (2002). *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes.
- LE GOFF, Jacques (1996). *História e Memória*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp.
- MACHADO, Roberto (1988). *Ciência e Saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal.
- ORLANDI, Eni (1992). *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- ____ (1995). *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et. al. 2.ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.